



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

**GABINETE DE ARTICULAÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO NO
ESTADO DE RONDÔNIA (GAEPE/RO)**

ATA DA REUNIÃO GAEPE – 03/09/2021

(37ª REUNIÃO)

Aos três dias do mês de setembro do ano de 2021, reuniram-se, por videoconferência: Paulo Curi Neto, Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado, representando a Egrégia Corte de Contas; Yvonete Fontinelle de Melo, Procuradora de Contas do Ministério Público de Contas do Estado (MPC/RO); Isaías Fonseca Moraes, Desembargador do Tribunal de Justiça de Rondônia (TJ/RO); Alexandre Jesus de Queiroz Santiago, Promotor de Justiça Titular - Promotoria de Educação de Porto Velho/RO (MPE/RO); Marcília Ferreira da Cunha e Castro, Promotora de Justiça e Coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação e Infância – GAEINF; Julian Imthon Farago, Promotor de Justiça e Coordenador do Grupo de Atuação Especial Cível – GAECIV; Valmir Souto, Coordenador de Processo e Planejamento da SEDUC/RO; Flávia Serrano, coordenadora estadual da Covid-influenza e representante da Agência de Vigilância Sanitária do Estado de Rondônia (AGEVISA/RO); Célio Lang, Prefeito do Município de Urupá e Presidente da Associação Rondoniense de Municípios (AROM); Agenor Fernandes de Souza, Conselheiro do Conselho Estadual de Educação de Rondônia (CEE/RO); Alessandra Gotti e Arthur Paku Ottolini Balbani, representando o Instituto Articule; Rita de Cássia Paulon, Professora e Consultora; Adrissa Maia Campelo e Igor T. Ribeiro Carvalho, Auditores de Controle Externo do TCE-RO; Vinicius S. de Moraes e Felipe M. P. de Paula, servidores da Secretaria de Planejamento do TCE/RO; Elenice Salete Medeiros Piana, Secretária Municipal da Educação de Ariquemes/RO; Marcilene Rodrigues da Silva Souza, Secretária Municipal da Educação de Pimenta Bueno/RO; Zenilda Terezinha Mendes da Silva, Secretária Municipal da Educação de Cerejeiras/RO; Ceíça Pinheiro, Secretária Municipal da Educação de Candeias do Jamari/RO, bem como diversos titulares e/ou representantes de Secretarias Municipais de Educação, a fim de discutirem a pauta que havia sido disponibilizada com antecedência. Registre-se a participação do Deputado Elcirone Moreira Deiró.

1) O que foi discutido

O Presidente Paulo Curi cumprimenta a todos e dá início à reunião. Pontua-se a pauta de hoje: exposição pela Sra. Adrissa a respeito da Busca Ativa Escolar; informações sobre a avaliação diagnóstica, que se iniciará a partir da próxima semana; os dados detalhados dos 3 grupos de trabalhos criados na reunião anterior, a respeito da ampliação da educação infantil; as atualizações do monitoramento de implementação dos protocolos nas escolas; e o ponto a respeito da conectividade.

A palavra é passada para a Sra. ADRISSA, que fala sobre o trabalho conjunto com o Ministério Público na frente da Busca Ativa Escolar, um método de combate ao abandono, exclusão e evasão escolar. Informa que foi desenhado um plano de trabalho conjunto para o estabelecimento de ações estratégicas voltadas a essa iniciativa, em parceria também com a Unicef, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Instituto Rui Barbosa (IRB). Busca-se ter uma ação de forma intersetorial, abrangendo todas as frentes. Destaca que a 1ª etapa do trabalho obteve 100% de adesão dos municípios rondonienses, sendo visadas, a seguir, uma série de outras fases para execução do planejamento de forma também efetiva.

Com base nas orientações da Unicef, o Tribunal de Contas decidiu fazer um levantamento para observar em que estágio da implementação da estratégia do Busca Ativa Escolar os municípios se encontravam, objetivando orientar as ações de apoio a essa implementação e fornecer informações ao Governo do Estado para ações mais assertivas. Dessa forma, é importante ter um feedback dos Secretários e seus coordenadores municipais, principalmente com as respostas ao questionário a ser liberado no dia 21/09. Solicita, para a próxima reunião do Gabinete, um tempo para falar sobre a estratégia no Busca Ativa, junto com representantes da Unicef, Ministério Público e Seduc, a fim de explicar melhor as estratégias e esclarecer a respeito do questionário a ser disponibilizado. Visa-se, dessa forma, garantir as crianças rondonienses os direitos sociais delas, a partir da identificação das causas que a impedem de exercer seus direitos educacionais.

A Dra. ALESSANDRA parabeniza o trabalho feito e organizado, já incluindo, para a próxima reunião, a apresentação pretendida pela Dra. Adrissa e demais entidades a respeito da 2ª etapa a ser iniciada.

A Secretária ELENICE, de Ariquemes, pede a palavra e pergunta quanto à participação do Conselho Tutelar. A Sra. ADRISSA informa que, dentro da metodologia, existe a possibilidade de inserir os Conselheiros Tutelares na plataforma como agentes comunitários, sendo essa uma ação facultativa, não obrigatória, apesar de sugerida. A construção dessa participação deve ser feita dentro de cada município de acordo com sua realidade.

A Dra. ALESSANDRA sugere que sejam convidados os representantes desses agentes para participação na próxima reunião. A Dra. MARCÍLIA, assim como o Dr. JULIAN, destacam a importância da participação do Conselho Tutelar, principalmente para já terem ciência do que está sendo preparado. A Sra. ADRISSA informa que a apresentação a ser feita é voltada aos gestores municipais, especialmente aos Secretários, envolvendo-os na implementação da estratégia junto com a Assistência Social e o setor da saúde. Mas nada impede que os representantes do Conselho participem.

O Conselheiro AGENOR pede para se manifestar e informa que é a intenção do Conselho Estadual de Educação encaminhar aos órgãos de controle um relatório que vem sendo elaborado a respeito das escolas estaduais do Estado e dos 13 municípios que não possuem Conselhos, além da rede privada, que trarão dados que complementam a fala da Sra. Adrissa, como, por exemplo, onde os estudos têm validade e a regularização das escolas. A Sra. ADRISSA manifesta seu interesse na colaboração ofertada através do relatório, informando que entrará em contato. Aproveita para pedir paciência aos Secretários, vez que o trabalho é muito importante para o levantamento e prosseguimento das estratégias.

A Dra. ALESSANDRA pede que, após finalizado, o relatório seja divulgado ao GAEPE para demonstração dos resultados do trabalho desenvolvido. Aproveita para pautar, na reunião do dia 7 de outubro (sic), o tema da educação inclusiva. Sendo instado a se manifestar, o Deputado CIRONE informa que serão levantados os principais pontos a respeito dessa temática para apresentar na designada reunião. Indica, ainda, que trará outras pessoas, com iniciativas dessa área já avançadas, para ampliar e enriquecer o debate, além de estabelecer nortes.

Partindo ao próximo ponto da pauta, passa-se ao debate da avaliação diagnóstica do aprendizado dos alunos, iniciativa de apoio aos gestores com o retorno das aulas presenciais. O Sr. FELIPE faz uma breve introdução, trazendo, em seguida, o início das inscrições para o programa de apoio que está sendo desenvolvido pelo Tribunal de Contas para essa avaliação, a ser realizado no dia 8 de setembro. Visa-se com ele auxiliar o planejamento, execução e análise dos resultados obtidos nessa frente, dada a dificuldade de alguns municípios em levantar esse diagnóstico. Trata-se de encontros técnicos formativos com as redes que se inscrevem no programa: uma sequência de mentorias, cabendo aos gestores a execução do processo, desde a mobilização da rede à aplicação e correção das provas. A Secretaria de Planejamento (SEPLAN/TCE-RO) fica à disposição de todos os gestores para eventuais dúvidas e demais informações.

A palavra é passada ao Sr. VINICIUS, que compartilha sua tela e fala sobre as premissas do projeto, apontados em quatro pontos: 1. aplicação e cobertura aos 1º e 2º anos do ensino fundamental (obrigatório); 2. aplicação aos 4ºs aos 9ºs anos do ensino fundamental (facultativa); 3. o

gerenciamento por equipe, designada e escolhida pelos municípios; e 4. o apoio técnico do Tribunal de Contas. Expõe os compromissos das redes com a aderência do projeto, entre elas o retorno presencial das aulas, visto tratar-se de uma avaliação presencial, e não *online*. Traz as premissas das iniciativas das escolas, como a impressão dos materiais que serão disponibilizados. Explica, ainda, sobre a equipe gestora, que deve ser composta por quatro pessoas. Informa as datas de aplicação da avaliação - de 4 a 8 de outubro, e de 18 a 22 de outubro, de acordo com a realidade do município, bem como os dias para correção e envio dos dados ao TCE - até 15 e 29 de outubro, respectivamente. Procura-se ter o diagnóstico ainda este ano para direcionar a elaboração das futuras ações.

A Dra. ALESSANDRA destaca a participação da Undime e AROM para a difusão das informações prestadas, e a consequente mobilização dos Secretários à ação explanada pelo Sr. Vinicius e pelo Sr. Felipe. Menciona, ainda, a importância do apoio da AROM também para a participação dos Secretários na próxima reunião, estando presentes para acompanhar os detalhes da Busca Ativa Escolar.

Dúvidas e esclarecimentos sobre esse ponto são debatidos. A Prof.^a RITA destaca a importância de se manter essa avaliação em todos os anos, a fim de que, com base nas evidências a serem colhidas, sejam direcionadas as ações estratégicas, bem como os planos de ação e de aula dos professores, tornando o ensino efetivo.

Passa-se ao ponto referente às estratégias de monitoramento de implementação dos protocolos de volta às aulas presenciais nas escolas. Nesse sentido, a palavra é passada à Secretária MARCILENE, que traz a experiência do município de Pimenta Bueno com a positividade do vírus em uma criança que estava presencialmente na sala de aula e de uma auxiliar de sala. Eles suspenderam as aulas da turma do aluno, sendo feita a testagem, nos dias seguintes, das outras crianças da sala, mas que deram resultados negativos. A criança positivada se contaminou em uma visita aos familiares em outro município. Possuem uma parceria muito positiva com a saúde, e não houve problemas mais graves. Quanto à auxiliar que testou positivo, foi verificado que esta também se contaminou fora da escola. Como ela estava em uma sala de alunos com dois anos de idade, e conforme orientação da área da saúde, não fizeram a testagem neles, mas mantiveram a turminha em quarentena, sendo pedido para as mães observarem a ocorrência de sintomas, levando a criança ao médico caso surgissem sintomas. Aproveita para perguntar se agiram de forma correta.

A Dra. FLÁVIA se manifesta para dizer que o município precisa se adequar de acordo com sua realidade, sendo primordial a comunicação intersetorial, como narrado pela Secretária. Destaca também a necessidade de separar quando a criança se contamina dentro ou fora da escola. Pensa que o município agiu certo, mas destaca que o protocolo sanitário prevê que só é necessário isolar a turma quando é caso de surto dentro da escola, sendo necessário, nos casos como o narrado, apenas monitorar a turma. Aproveita para perguntar se essas crianças ficaram sem aula durante o tempo de paralisação. A Secretária MARCILENE informa que os alunos ficaram sem aula presencial apenas 5 dias, mas sendo assistidos através do ensino remoto. Destaca também que adotaram esse procedimento para não gerar insegurança na sociedade municipal. A Dra. FLÁVIA pede para que as experiências a respeito de contaminações nos municípios sejam passadas para a Agevisa, visando orientar e ajudar, com base na prática, os municípios que precisarem. Pergunta ainda se todos os professores estão vacinados. A Secretária MARCILENE responde que a maioria sim, sendo apenas três profissionais que se negaram. A Dra. FLÁVIA aproveita para frisar a necessidade de se observar e orientar para não ir à escola ou trabalhar, nos casos dos funcionários, se estiverem com sintomas.

A Dra. ALESSANDRA parabeniza a atitude da Secretária Marcilene, e aproveita para trazer o ponto referente à não vacinação. Por se tratar da saúde pública, tem-se que a vacinação não é forçada, mas compulsória, e a sua recusa é passível de consequências, as quais devem ser estabelecidas e especificadas por meio de atos normativos em cada ente da federação. Destaca que Porto Velho já possui um decreto indicando que a falta de vacinação acarreta em implicações ao servidor e funcionário público, condicionando a penalização à instauração de processo administrativo disciplinar. Observa que esse tema que deve ser objeto de reflexão no Gabinete, sendo pensada a elaboração de uma Nota Técnica para chamar a atenção para a vacinação, com o esclarecimento de quais consequências ocorrerão no caso de recusa, tendo em vista o direito coletivo.

A Dra. FLÁVIA pede a palavra e pontua a sugestão da Dra. Alessandra sobre o levantamento dos números de vacinação, informando os problemas com as informações. Destaca que acha oportuno o desenvolvimento de uma Nota Técnica indicando a vacinação dos profissionais educacionais e as penalidades em casos de negativas. Houve uma diminuição dos casos de Covid no Estado, mas a prioridade continua sendo vacinar. O município imunizado ficará melhor preparado para receber as variantes decorrentes do vírus.

O Sr. VALMIR pede a palavra e pede desculpas pela ausência do Secretário Suamy, em razão de reunião fora do Estado. Informa que possui um levantamento de vacinação dos profissionais educacionais estaduais, e que, dentro do total de 16.000 servidores, aponta-se, aproximadamente, 400 profissionais que se recusaram a receber a vacina. Como pediram para justificarem o porquê, perceberam que a maioria encontrava-se com problemas de saúde, como gripes, o que as impediram de se vacinar. Informa que uma Portaria está sendo avaliada para definir as repercussões da situação vivenciada.

O Presidente PAULO CURTI se manifesta em apoio à elaboração da Nota, pautada em fatores epidemiológicos e sanitários, para justificar medidas restritivas em razão da saúde pública. O Dr. JULIAN destaca que acha necessário exigir a vacinação, inclusive referente a autorização dos pais para as crianças. Dessa forma, o Sr. Arthur, a Dra. Flávia e o Dr. Julian são indicados para a elaboração da Nota Técnica.

Retornando a palavra ao Sr. VALMIR, este compartilha sua tela. Apresenta o andamento das estratégias com as comissões municipais, indicando a realização de uma reunião com as comissões para dirimir várias dúvidas, além de sugestões de melhorias para o questionário aplicado. Informa, ainda, que as comissões solicitam uma mobilização maior das entidades participantes dessa iniciativa. Continuando, traz informações e novidades a respeito dessa temática.

Passa-se ao ponto a respeito da educação infantil e da ampliação do seu acesso. A Dra. ALESSANDRA destaca que na última reunião houve a divisão em três grupos de trabalhos visando a coleta de dados: 1) voltado ao levantamento de um diagnóstico mais preciso referente à demanda existente em cada município, para estruturar um plano de expansão de acordo com a realidade existente; 2) organizar as listas de espera dos municípios que a possuem; e 3) pensar em estratégias para as questões administrativas, como as obras paralisadas.

O Dr. IGOR é indicado para iniciar esse ponto, a respeito do diagnóstico do total de crianças, visando a ampliação do acesso à educação infantil. Ele compartilha a tela e fala sobre as estratégias a serem pensadas e melhor desenvolvidas para atendimento amplo da rede de ensino. Destaca o desafio com a falta de informações para um melhor planejamento. Demonstrando como a análise será feita, traz um retrato do município de Porto Velho, indicando a capacidade potencial de crianças e capacidade escolar instalada em cada bairro da cidade. Dessa forma, observa-se onde deve ocorrer uma expansão de escolas para suprir a demanda. Traz também a capacidade ociosa da rede e estimativa da população infantil por faixa etária. O objetivo é apresentar informações que vão ajudar os municípios na implementação de estratégias, definindo metas de expansão de acordo com cada bairro. Ainda, pretende-se planejar uma política de Busca Ativa nos bairros com base na capacidade ociosa levantada.

Agradecimentos, informações e sugestões sobre essa iniciativa são feitos. Ainda, visando esse tema para as futuras discussões, a Dra. ALESSANDRA sugere alguns critérios para uma apresentação geral de todos os municípios do Estado, pedindo também para que a exposição seja refeita na próxima reunião, devido ao baixo *quórum* presente em decorrência do horário.

2) O que ficou deliberado

São destacados os pontos para a próxima reunião, dia 17/09/2021, às 14h (quatorze horas):

- Apresentação e debate a respeito da Busca Ativa Escolar;
- Educação infantil, com a apresentação dos dados e as informações a serem trazidas por cada grupo de trabalho direcionado.

Acerca da Nota Técnica, esta será apresentada ao Gabinete assim que concluída. O ponto a respeito das novidades sobre a conectividade, assim como a temática da Educação Inclusiva (Dep. Cirone Deiró), ficaram agendados para a reunião seguinte.

Encerra-se a reunião.

Nada mais havendo a ser tratado, foi então lavrada a presente ata por mim, Edilis Alencar Piedade, Analista Administrativa do TCE-RO, matrícula n. 321. O referido é verdade e dou fé.



Documento assinado eletronicamente por **EDILIS ALENCAR PIEDADE, Analista**, em 13/09/2021, às 12:03, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 4º da [Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.tce.ro.gov.br/validar>, informando o código verificador **0332006** e o código CRC **2A765F42**.